



# PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria Municipal de Fazenda

## DECRETO Nº 469/2016

*Regulamenta a aplicação da Instrução Normativa STB Nº 003/2016, que dispõe sobre as Rotinas e Procedimentos do Sistema de Tributação a serem observados no âmbito da estrutura administrativa do Executivo Municipal no que tange a critérios e procedimentos de Baixa de Inscrição no Cadastro Económico Municipal dos contribuintes que não estão exercendo atividades económicas e que possuam baixa comprovada perante as Esferas Estaduais e Federais e dá outras providências.*

A Prefeita do município de Fundão ES, no uso de suas atribuições legais,

## DECRETA:

**Art. 1º.** Fica aprovada a versão 001 da Instrução Normativa SRH nº 003/2016 – Dispõe sobre critérios e procedimentos de Baixa de Inscrição no Cadastro Económico Municipal dos contribuintes que não estão exercendo atividades econômicas e que possuam baixa comprovada perante as Esferas Estaduais e Federais, no âmbito da Secretaria Municipal de Fazenda Município de Fundão - ES.

**Art. 2º.** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se, registre-se e publique-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Fundão, 15 de dezembro de 2016.

**Maria Dulce Rudio Soares**

*Prefeita do Município de Fundão*



# PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria Municipal de Fazenda

## INSTRUÇÃO NORMATIVA STB Nº 003/2016. STB – SISTEMA DE TRIBUTAÇÃO

*Dispõe sobre critérios e procedimentos para Baixa de Inscrição no Cadastro Económico Municipal dos contribuintes que não estão exercendo atividades económicas e que possuam baixa comprovada perante as Esferas Estaduais e Federais e dá outras providências.*

VERSÃO: 001  
DATA: 15/12/2016  
ATO DE APROVAÇÃO: Decreto Municipal nº 469 de 15 de dezembro de 2016  
UNIDADE RESPONSÁVEL: Secretaria Municipal da Fazenda.

### CAPÍTULO I DA FINALIDADE

**Art. 1º** Esta Instrução Normativa tem por finalidade, visar os procedimentos de rotina interna de controle e acompanhamentos quanto a critérios e procedimentos de Baixa de Inscrição no Cadastro Económico Municipal dos contribuintes que não estão exercendo atividades económicas e que possuam baixa comprovada perante as Esferas Estaduais e Federais, com vistas à eficácia, eficiência e transparência da aplicação dos recursos públicos.

### CAPÍTULO II DA ABRANGÊNCIA

**Art. 2º** Esta Instrução Normativa abrange o Setor de Protocolo, Setor da Tributação, Setor de Fiscalização Tributária, Fiscalização de Obras e Posturas, Vigilância Sanitária Municipal e Secretaria Municipal da Fazenda.

### CAPÍTULO III DOS CONCEITOS

**Art. 3º** Constitui Baixa de Inscrição no Cadastro Económico Municipal, o ato de extinguir uma Inscrição, que já tenha sido baixada perante as Receitas Estadual e Federal, no caso de Pessoa Jurídica ou de Pessoa Física, assim como no caso de autônomos.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
*Secretaria Municipal de Fazenda*

**CAPÍTULO IV**  
**DA BASE LEGAL**

**Art. 4º** A Presente Instruções Normativa tem como Base Legal as seguintes legislações: Constituição Federal/88, Código Tributário Nacional Lei nº 6830/90, Código, Lei Orgânica Municipal 001/1990, Código Tributário Municipal Lei 362/2005, Lei Federal 9051/2005 e o Plano Diretor Municipal Lei 1033/2015.

**CAPÍTULO V**  
**DO PROCEDIMENTO**

**Art. 5º** Pontos de Controle:

- I. Baixa de inscrição municipal de contribuintes que não possuam pendências com relação ao Fisco Municipal e que não estejam mais exercendo atividades econômicas no município.
- II. Emissão de Certidão de Baixa da Inscrição Municipal.

**Art. 6º** Procedimentos de Controle:

- I. O SET - Setor de Tributação confere a documentação antes da Formalização do Processo.
- II. O contribuinte encaminha a Documentação devidamente conferida ao Setor de Protocolo para formalizar o processo de baixa.
- III. O Setor de Protocolo encaminha o processo para o SFT - Setor de Fiscalização Tributária para verificação de débitos, infrações ou outras pendências.
- IV. Havendo pendências referentes a emolumentos fiscais, o SFT emite notificação ao requerente.
- V. Não havendo pendências, o SFT encaminha o processo para o Setor de Fiscalização da Secretaria de Serviços Urbanos, Infraestrutura e Meio ambiente - SESIM- FISC para atestar o não funcionamento do estabelecimento.
- VI. Após vistoria *in loco*, o SESIM-FISC encaminha o processo para o SFT para a devida de baixa no cadastro econômico municipal.
- VII. O SFT procede com a baixa da inscrição e emite Certidão que comprove a referida baixa.
- VIII. A municipalidade tem o prazo legal de 30 dias, podendo ser prorrogado por igual período.

**CAPÍTULO VI**  
**DAS RESPONSABILIDADES**

**Art. 7º** Responsabilidades:

- I. Compete ao Órgão Fazendário Municipal autorizar a Baixa da Inscrição Municipal.
- II. Compete ao SET a conferência preliminar de documentos.
- III. Compete ao Setor de Fiscalização de Obras e Infraestrutura atestar o não funcionamento da empresa requerente para que seja feita a baixa.
- IV. É competência do SFT informar a existência de pendências, acometimento de



# PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria Municipal de Fazenda

infrações, ou outras relativas a emolumentos fiscais municipais, notificar ao requerente sobre as pendências e realizar a Baixa no Cadastro Económico Municipal.

V. Compete ao SFT atuar como representante do fisco municipal de acordo com o determina a lei.

VI. O funcionário que efetuar a baixa de forma fraudulenta, ou conceder benefícios, tais como cancelamento de taxas e impostos sem que tenham sido deferidas em processo formalizado, ou mesmo efetuar a suspensão sem processo que requeira a suspensão, responderá processo disciplinar funcional.

## CAPÍTULO VII DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

**Art. 8º** Considerações finais:

I. O SET é o órgão competente responsável por prestar informações sobre os procedimentos referentes à baixa inscrição no Cadastro Económico Municipal, assim como Setor de Fiscalização de obras e Posturas deve prestar informações referentes aos procedimentos de fiscalização.

II. O SET é o órgão competente para prestar informações referentes a lançamentos em nome do requerente, ou ao órgão que configure atuante em processo administrativo.

## CAPÍTULO VIII DA APROVAÇÃO

**Art. 9º** - Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

E por estar de acordo, firmo a presente instrução normativa em 03 três vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais.

Fundão, ES, 15 de dezembro de 2016

**JORGE FERNANDO PRATES RIBEIRO**  
*Controlador Geral*

**EDINALDO ROSSI**  
Secretário Municipal de Fazenda

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03/2016**  
**FLUXOGRAMA DE BAIXA DA INSCRIÇÃO NO CADASTRO ECONOMICO**

